

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS DE CLASSES POPULARES: IMPACTOS E PERSPECTIVAS A RESPEITO DA SAÚDE MENTAL

Jorge Samuel de Sousa Teixeira¹

¹Universidade Federal do Ceará, (jorgesamuel199@gmail.com)

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo primordial analisar se há ocorrência de problemas psíquicos relacionados à alfabetização de adultos oriundos de classes populares na cidade de Sobral – CE. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que foi utilizado como instrumento de coleta de dados um formulário construído pelo pesquisador, contendo 16 questões abertas, que foram repassadas para 7 alunos que estavam cursando a Educação de Jovens e Adultos (EJA), em uma escola de ensino público no município de Sobral – CE. As respostas dos informantes foram analisadas com base na metodologia de Análise do Discurso. A partir das devolutivas dos participantes por meio dos formulários, foi percebida uma relação entre as atividades laborais desenvolvidas pelos informantes e as questões de classe envolvidas em suas realidades. A saúde mental dos participantes também foi descrita, com base nas respostas obtidas, como um fator prejudicado pelas limitações impostas à condição de analfabeto, fator que gera repercussões também nos processos de socialização desenvolvidos pelos mesmos. Conclui-se que a situação de vulnerabilidade social vivenciada pela amostra, somada às próprias restrições oriundas de uma sociedade onde o idioma escrito é tomado como essencial, acarreta em danos à saúde psíquica dos participantes. Além disso, reitera-se a necessidade de maiores produções acerca do tema, considerando que a temática é inovadora por jogar luz às condições de saúde mental de um grupo historicamente marginalizado e socialmente excluído.

Palavras-chave: Saúde Mental; Analfabetismo; Classes Populares.

Área Temática: Temas Livres

Modalidade: Trabalho completo

Segundo a UNESCO (2004), cerca de 18% da população mundial é analfabeta. Entre os jovens de 15 a 24 anos, as taxas mundiais chegam a 12%. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, cerca de 8% da população brasileira com 15 anos ou mais ainda era analfabeta. Se o fator gênero for levado em consideração, no mesmo ano, os homens apresentavam índices superiores (8,3%) ao das mulheres (7,7%). Apesar desses números virem em uma constante decrescente nos últimos anos – em 2007, mais de 10% dos brasileiros ainda não haviam sido alfabetizados de acordo com o instituto -, o analfabetismo ainda é uma das principais problemáticas que afligem o nosso país, o que não se restringe apenas ao campo da educação, mas traz consigo uma série de fatores socioeconômicos que são contingentes aos números supracitados, inclusive acarretando em prejuízos à saúde dos discentes (CAMPOS; MAGALHÃES, 2019).

As taxas de alfabetização não se limitam a apenas expor em termos quantitativos o acesso à cultura escrita, como assinala Souza (2003), mas revelam muito do sistema educacional vigente, e mesmo o perfil educacional de uma população, isto é, aponta, para a educação de fato. Como já apontou Paulo Freire (1996), se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela a sociedade também não poderá mudar. Assim, tomando a educação como instrumento fundamental, não seria um equívoco compreendê-la como uma necessidade básica do ser humano, tendo em vista seu caráter transformador e potencializador de formação cidadã e pensamento crítico.

É importante ressaltar que, na história da educação brasileira, o processo de alfabetização foi um dos principais pilares condutores de projetos e pactos nacionais. Em 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), que tem como principal objetivo a garantia de que todas as crianças brasileiras sejam plenamente alfabetizadas até os oito anos de idade. Para tal, o Pacto integra ações da União com estados, municípios e instituições de todo o país, sendo considerado pela coordenadora geral do Pnaic da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como uma política de continuidade do governo brasileiro em relação à formação de educadores (PLATAFORMA DO LETRAMENTO, 2015). A partir disso, pode-se pensar a respeito dos termos certo e errado dentro da lógica da alfabetização. Tal processo encontra-se dentro de uma lógica de mercado, onde o período “correto” em que se deve ser alfabetizado é ditado por um sistema econômico e ideológico, o que acaba levando o indivíduo a achar que está no “tempo atrasado”, quando, na verdade, esse tempo é ditado por um conjunto exclusivo de pessoas, sejam elas pedagogas, políticas ou educadoras.

Desse modo, o presente estudo inicia-se pelo anseio da escuta. Aquela que é peça fundamental no trabalho de um profissional de Psicologia será utilizada aqui para dar ouvidos à voz daqueles que se fazem notar por outros meios que não a palavra escrita e que, muitas vezes, são invisibilizados pela sociedade, tornando-se um público relevante para se realizar pesquisas de cunho psicológico. Assim, tem-se como ponto de partida a intenção de buscar uma resposta satisfatória para o seguinte questionamento: existe algum tipo de sofrimento psíquico em pessoas de classes populares que se alfabetizam na idade adulta na cidade de Sobral - CE?

Assim, refletir a respeito de um possível sofrimento psíquico decorrente de um processo de alfabetização na vida adulta não envolve aspectos que dizem respeito a uma maior ou menor capacidade intelectual de determinada pessoa. As dicotomias sociais tão presentes em nossa história passada e atual – rico x pobre; branco x preto; ensino público x ensino privado – são peças primordiais para se entender essa problemática que mantém um diálogo íntimo aos debates de classe e raça, e parecem estar a quilômetros de discursos meritocráticos que prezam por um esforço individual e excessivo que não é atingido por toda uma conjuntura econômica, social e política. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo primordial analisar se há ocorrência de problemas psíquicos relacionados à alfabetização de adultos oriundos de classes populares na cidade de Sobral – CE.

2 MÉTODO

A metodologia é qualitativa porque a mesma possibilita um maior contato junto ao participante, podendo ser possível ter uma maior aproximação com os sentimentos, angústias e saberes do mesmo, algo de extrema importância para um trabalho em psicologia. Esse tipo de pesquisa permite ainda extrair informações relacionadas ao seu discurso, seus gestos e expressões, considerando que a linguagem corporal também é uma forma de comunicação. Além disso, por meio dela, é possível dar uma maior ênfase às perspectivas da amostra, enfocando o sujeito como um ser dotado de demandas e de uma subjetividade própria, à medida que uma das características essenciais desse tipo de pesquisa é a preocupação do investigador com o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida (NEVES, 1996).

Assim, a pesquisa de campo foi realizada junto aos alunos estudantes da EJA de uma escola pública localizada no município de Sobral, interior do estado de Ceará. Foram aplicados formulários contendo 16 perguntas abertas em 7 estudantes da referida escola. Os estudantes foram contactados via aplicativo de mensagem, mesma ferramenta utilizada para o envio dos formulários, tendo em vista que a aplicação do instrumento ocorreu durante o período pandêmico, o que impossibilitou o contato presencial.

Os dados foram analisados a partir da análise de discurso, tendo em vista que a mesma centraliza a interpretação das falas dos participantes. Segundo Orlandi (2009), a mesma trabalha com os limites e mecanismos da interpretação como partes do processo de significação. Assim, o analista tem como papel central formular uma questão que desencadeie a análise. Para isso, o mesmo faz uso de dois dispositivos, a saber, o dispositivo teórico e o dispositivo analítico. O primeiro o afasta da neutralidade e prepara o campo para o segundo, que se configura a partir de uma individualização do dispositivo teórico pelo próprio analista. (ORLANDI, 2009).

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú (CAAE 40106320.4.0000.5053), e seguiu as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, de acordo com a Resolução N° 466, de 12 de dezembro de 2012, formulada pelo Plenário do Conselho Nacional de Saúde, além de estar de acordo também com as disposições contidas na Resolução N° 510, de 07 de abril de 2016, formulada pelo mesmo Plenário, que versa sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais que possam vir a fazer uso de algum dado obtido de forma direta pelo participante, ou de informações identificáveis, ou que possa acarretar algum risco ao mesmo.

De acordo com isso, os participantes atuaram nas atividades supracitadas de forma voluntária, incluindo-se aqui a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido como um requisito básico para que essa participação de fato ocorresse. A pesquisa trabalhou com participantes que se encontram na faixa etária de 21 a 59 anos, sendo 4 do sexo feminino e 3 do sexo masculino.

Cabe lembrar que na presente pesquisa não houve qualquer tipo de discriminação na escolha dos participantes, reiterando que os mesmos não foram expostos a nenhum risco desnecessário, sejam eles físicos, psíquicos ou morais. Os dados dos mesmos serão mantidos em sigilo, sendo preservada sua confidencialidade, dignidade e anonimato. Os resultados da pesquisa serão utilizados para fins exclusivamente acadêmicos. O participante teve o direito de recusar ou desistir de participar em qualquer momento da atividade, sem que nenhum prejuízo recaísse sobre o mesmo. Ao participar da pesquisa, o participante também não teve nenhum benefício direto e nenhum tipo de despesa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa seção será dividida em cinco subtópicos, que representam os pontos principais colhidos durante a aplicação do formulário, fazendo referência ainda aos objetivos traçados e

supracitados. Não se pretende aqui esgotar as análises possíveis de serem feitas com base nos relatos dos estudantes, mas apresentar os dados com maior significância estatística e prática, e que estabeleçam conexões com o intuito do estudo. Os participantes terão seus nomes substituídos por nomes fictícios, visando a preservação de seus anonimatos.

O processo de alfabetização na vida adulta

Ao serem indagados sobre o que lhes motivou a passar pelo processo de alfabetização na vida adulta, o termo oportunidade foi muito utilizado pelos participantes, representando que esse processo lhes proporcionou não só uma agregação de conhecimento, mas também possibilitou que novas portas fossem abertas em suas vidas. Márcio, 52, afirmou que foi motivado pela “vontade de obter conhecimento na vida, pois quando jovem, não tive oportunidade.” Mônica, 47, disse que o incentivo partiu de fora, já que algumas pessoas de seu contexto a influenciaram a passar por esse processo. Ela afirma: “o incentivo de uma professora foi o principal motivo e também o apoio de meus familiares e amigos”. O anseio por um futuro de maiores oportunidades apareceu na fala de Andressa, 42. A entrevistada citou que decidiu se alfabetizar para “buscar conhecimento para viver melhor”. Embasado pela metodologia da análise do discurso, que propõe a ideia de que todo discurso é fruto de uma construção social e que, por conta disso, deve ser analisado com base no contexto histórico-social de quem o proferiu, se constituindo no próprio processo de enunciação e levando em consideração aspectos de sua constitutividade, como o sentido, o sujeito e o próprio discurso (MUSSALIM, 2001), é fundamental compreender que as falas reproduzidas nessa pesquisa não foram simplesmente produzidas de imediato e são derivadas apenas das opiniões dos indivíduos no momento específico em que responderam o formulário. Mais do que isso, elas dizem da história de vida desses sujeitos, de suas vivências e de sua realidade socioeconômica, o que esbarra em seus próprios processos de saúde (GAMA; CAMPOS; FERRER, 2014). É a partir de suas histórias singulares de vida e da cultura em particular que estão inseridos que esses discursos são produzidos e significados.

Talvez um dos questionamentos que mais representem essa pesquisa seja “o que significa alfabetização para você?”. Na literatura, podemos encontrar diversas respostas a essa questão, como, por exemplo, o ensino e a aprendizagem de uma forma de tecnologia capaz de representar a linguagem humana, isto é, a escrita alfabético-ortográfica (SOARES, 2003) ou mesmo a capacidade de decodificar a linguagem escrita (SIM-SIM, 1989). Nesse trabalho, pretendeu-se compreender como os participantes entendem esse processo a partir de suas próprias perspectivas. Adriano, 51, optou por não escrever muito durante a realização do

questionário, mas respondeu tal questionamento com duas palavras que resumem bem o sentimento dos outros entrevistados: “muito importante”. Mônica externalizou essa mesma postura ao não conseguir minimizar a alfabetização a uma palavra só. Ela escreveu: “significa muitas coisas, como por exemplo: aprender ler, escrever e sendo assim vou me expressar melhor.” A alfabetização, então, não se limitava para ela apenas ao nível escolar, mas ultrapassava essa dimensão, contribuindo também na construção de seus relacionamentos interpessoais, visto que, dali em diante, ela poderia se expressar de um modo melhor. Para Ana, significa “um processo de aprendizagem, onde se desenvolve habilidade de ler e escrever”.

Sobre as conquistas que uma pessoa pode alcançar ao se alfabetizar, Márcio citou fatores associados ao bem-estar e à saúde mental: “alcança autoestima, autoconfiança em si mesmo”. Tadeu optou por um viés escolar e respondeu que, ao se alfabetizar, a pessoa “alcança um conhecimento maior”. Adriano não quis especificar sua resposta, mas, ao escrever que a pessoas alcançam “muitas coisas na vida”, percebe-se a tamanha importância que tal processo tem na vida desses indivíduos. Com base nessas respostas, percebemos que uma infinidade de processos que interferem no bom estado físico e mental desses estudantes são associados à própria conquista representada pelo domínio da linguagem escrita, estabelecendo uma associação entre a situação de analfabeto e os impactos sobre a saúde subjetiva dos participantes (TONIN; BARBOSA, 2017).

Uma pergunta que acabou sendo unanimidade dentre os entrevistados dizia respeito ao seu ingresso na escola durante a infância. Todos responderam que chegaram a estudar muito pouco durante esse período, o que acabou também contribuindo para que o processo de alfabetização ocorresse em um outro momento de suas vidas.

Alfabetização e classes populares

As questões econômicas pareceram estar bem presentes na escrita dos entrevistados ao responderem o que a educação proporcionava em suas vidas. Márcio afirmou que esse instrumento proporciona “muitas coisas boas, como uma boa profissão, realização de projetos de vida”. A exigência do mercado de trabalho faz com que um currículo cada vez mais carregado seja necessário. Assim, esses indivíduos oriundos de classes populares, que precisam exercer uma atividade remunerada para garantirem seus sustentos, veem na alfabetização não só um avanço no que diz respeito a sua inserção na sociedade, mas principalmente a sua entrada no universo empregatício. José também fez referência ao mesmo ponto citado por Márcio, ao responder “muitas oportunidades de vários empregos”. Esse teor das respostas não se limitava aos participantes do sexo masculino. Andressa, por exemplo, escreveu que a educação

doity.com.br/conais2021

proporciona “oportunidade de emprego”. No geral, 5 respostas fizeram referências diretas ao alcance de uma atividade remunerada por meio da educação. Ana, implicitamente, também foi nesse viés, pois trouxe a palavra “oportunidade” como um dos benefícios da educação. O único que deu uma resposta diferente das demais foi Tadeu, curiosamente o mais jovem da amostra, citando o conhecimento. É interessante notar que, com base nessas devolutivas, existe uma forte relação entre esses relatos e o fato de apenas um dos entrevistados ter um vínculo de emprego. O mercado ainda parece não dar as mesmas oportunidades para todos, e esse público está entre os mais prejudicados. Durante (2009) já afirmava que a alfabetização de jovens e adultos vai muito além de seu envolvimento com o campo educacional, mas relata uma situação de desigualdade socioeconômica que atinge grande parte de nosso território em aspectos psíquicos, financeiros, e gerando repercussões sobretudo no estado subjetivo dos indivíduos.

O questionamento que mais rendeu respostas diferentes, até por ser uma pergunta extremamente aberta e possível de ser respondida a partir de muitos vieses foi “o que é ser pobre para você?” A questão foi uma das que mais desencadeou análises diferenciadas, concordando com o que aborda Orlandi (2009), ao afirmar que uma das funções do analista é justamente pensar em questões que suscitem análises a partir das respostas dos participantes. A participante Mônica escreveu sua opinião embasada em sua própria história de vida, expressando nas palavras as lágrimas que não puderam ser contidas:

Ser pobre foi a falta de oportunidades, precisar trabalhar ainda criança. Não tinha condições financeiras para quase nada, não tinha como ir à escola, morava distante de tudo. Estou escrevendo aqui e chorando. Ainda sinto a dor de não ter estudado e realizado o sonho de fazer uma faculdade. (MÔNICA, 2020)

O contexto de pobreza vivenciado por Mônica influenciou sua vida em diversos aspectos. Dentre eles, sua caminhada escolar. O choro expressado em palavras traz ainda resquícios do sofrimento vivenciado pela mesma durante sua infância, e que acarretou em consequências na sua vida adulta. Alguns outros participantes, como Tadeu, Ana e José fizeram uma relação entre o ser pobre e o não ter renda, a exemplo desse último, que disse que uma pessoa pobre é “uma pessoa que não tem como tirar seu próprio sustento”. Outras respostas acabaram tomando um rumo diferente. Márcio e Adriano concluíram que a pobreza está muito mais atrelada à educação do que ao meio financeiro. O primeiro respondeu que ser pobre “é não ter conhecimento na vida”, enquanto o segundo escreveu que ser pobre “é não saber ler”. São compreensões diversas de um fenômeno que pode ser entendido de múltiplas maneiras. Marx, por exemplo, afirmava que o que caracterizaria a condição humana seria exatamente as relações de trabalho na sociedade, sendo o sistema capitalista o principal responsável pela

desigualdade, visto que, à medida que o consumo exacerbado aumenta, aumentam também as condições de pobreza de uma grande parcela da população. Dessa maneira, a história da sociedade pode ser considerada também como a história da luta de classes (MARX, 1988), assumindo uma visão onde a condição de pobreza está associada também às questões econômicas. Nesse ponto, economia, saúde e educação parecem estar entrelaçadas, à medida que são fatores complementares entre si, que guardam relações intrínsecas enquanto variáveis modificadoras das condições de vida da população.

Alfabetização e sofrimento psíquico

Ao serem questionados sobre o que é ser analfabeto, os participantes fizeram referências negativas a essa posição, deixando claro que ser classificado como uma pessoa que não sabe ler nem escrever pode trazer consequências desagradáveis. Andressa, por exemplo, afirmou que ser analfabeto “é uma pessoa que sonha, porém não tem como realizar seus objetivos”, colocando uma carga de incapacidade e impotência sobre esses sujeitos, visto que são pessoas com metas de vida, mas que nem sempre conseguem alcançá-las. Ana volta a frisar a dificuldade em se estabelecer um vínculo empregatício sendo analfabeto: “muito ruim, porque não temos muitas oportunidades de trabalho”. Na opinião de José, ser analfabeto “é ser uma pessoa despreparada”. O despreparo a que José faz referência pode ser entendido também como fruto de um sistema social, político e educacional que não lança luz à essa parcela da população e nem busca compreender sua subjetividade, saúde e sofrimentos. São indivíduos que, como cita Márcio, acabam vivendo em uma espécie de escuridão por não possuírem determinadas habilidades: “eu acho que é viver em uma escuridão no seu próprio mundo, porque você vê as coisas e não sabe ler ou não sabe o significado, é viver em uma escuridão”. Mônica cita uma gama de situações e limitações vivenciadas pela pessoa analfabeta: “é sentir vergonha de falar em público por medo de falar errado, é ter vontade de escrever algo tão bonito como é uma poesia e não saber escrever, é não ter oportunidade de conseguir um bom emprego”.

Dos sete participantes, seis responderam de forma afirmativa à questão que perguntava se ser analfabeto poderia causar algum tipo de sofrimento nas pessoas. A questão se relacionava diretamente ao objetivo principal da pesquisa, sendo de fundamental importância na análise parcial dos resultados. Ana escreveu que “sim, porque essas pessoas sempre dependem de outras pessoas para ler uma carta ou mesmo para resolver algumas coisas quando precisa de leitura”. Mônica compartilha da mesma opinião de Ana: “sim, acredito, um dos sofrimentos é a discriminação, entre muitos outros”. Tadeu foi o único que respondeu de forma negativa a essa questão. Segundo ele, o termo sofrimento talvez não fosse o melhor para representar o

sentimento de uma pessoa analfabeta: “não sofrimento, dificuldade”. Lima (2007) afirma que indivíduos que apresentam algum tipo de sofrimento psíquico, historicamente, tendem a ser deixados à margem da sociedade, até mesmo, em casos extremos, sendo usurpados de seus direitos de cidadãos. O mesmo cenário arquitetônico social pode ser perceptível também em outras camadas da sociedade que são classificadas enquanto “excluídas”. Como citado anteriormente na resposta de uma das participantes, trato aqui de estudantes que se sentem de fora do “mundo de gente” O sentimento de inclusão, muitas vezes, só é percebido por estes ao se tornar um sujeito letrado. Dessa forma, a não aquisição dessas habilidades pode causar prejuízos sociais, sofrimento e dificuldades, como foi nomeado pelo aluno. São palavras diferentes, mas capazes de atingir essa amostra de uma forma igualmente abrupta. Sob uma perspectiva discursiva, não haveria um limite entre o interior (a linguagem) e o exterior (o social, o psicológico) mas sim uma articulação entre esses dois planos (ROCHA & DEUSDARÁ, 2005), cabendo assim uma relação potente entre os fenômenos que perpassam a saúde subjetiva desses indivíduos e a forma com que eles externalizam esses sentimentos, seja por meio da linguagem falada ou por intermédio da escrita.

O lugar em que eu aprendo a ler o mundo

Todos afirmaram que se sentem ouvidos pelos profissionais que trabalham na instituição. Andressa escreveu que: “sim, sempre que preciso de alguma informação eles estão disponíveis”. Márcio reitera que “sim, porque sempre que precisamos eles nos atendem”.

Sobre o lugar em que estudam, todos fizeram referências positivas. Adriano se referiu à escola como um lugar “maravilhoso”, enquanto Ana afirma que “é um lugar muito importante para mim, pois lá é onde aprendi tudo que sei hoje”. As citações envolvendo o ambiente escolar mostram que os participantes veem a escola como um lugar acolhedor e capaz de beneficiar suas dimensões psicológicas ou amenizar suas implicações subjetivas. No geral, o sentimento de gratidão pelo conhecimento adquirido naquele espaço imperou dentre as respostas.

Para finalizar o tópico, a relação entre alunos e professores também foi questionada. Vale ressaltar que se trata de uma turma pequena e com poucos professores. Os elogios foram muitos à postura que os docentes apresentam junto aos discentes. José chega a dizer que a relação é “melhor impossível”. Mônica acredita que “é ótima, os professores são atenciosos e ensinam muito bem, e os alunos são bem comportados. Estou me referindo aos meus colegas alunos e aos meus professores”. Essa relação entre discentes e docentes parece se aproximar de uma educação empoderadora e emancipadora, onde o educando é peça central, capaz de aprender e ensinar concomitantemente (FREIRE, 2018), distanciando-se das concepções a

respeito da educação bancária. Todas as outras respostas também seguiram essa mesma linha de raciocínio.

O futuro que eu pretendo escrever

Foi unânime entre os participantes responder de forma afirmativa à questão “você acredita que a alfabetização pode trazer mudanças na sua vida?”. José, por exemplo, afirmou que pode vislumbrar mudanças “através da leitura”, enquanto Mônica afirmou que “sim, ótimas mudanças, estudar faz bem para o corpo, alma e mente”. A resposta de Mônica mostra que esses estudantes encontram na rotina escolar a capacidade não só de agregar conhecimentos novos, mas também de produzir e preservar saúde física e mental. Aqui também tivemos mais uma referência ao mercado de trabalho, especificamente na resposta de Andressa: “acredito, porque aprendo a ler e escrever, e assim tenho mais chances de um bom trabalho.” Diante de tantas citações a um bom emprego, um bom trabalho, etc., podemos perceber que o processo de alfabetização para essas pessoas está intimamente conectado com suas subsistências, como uma forma de proporcionar suas manutenções de vida. Esses fragmentos, então, são interessantes para percebermos a forma como esses estudantes constroem socialmente o sentido que atribuem ao processo de alfabetização. Essa produção social do sentido (MINAYO, 2000) é estruturada aqui a partir da visão de que as aquisições proporcionadas pela alfabetização podem causar mudanças significativas em suas vidas.

Quando perguntado sobre as perspectivas em relação ao futuro, Adriano optou por fazer referência a suas crenças religiosas, limitando-se a escrever que esperava “muita fé” do futuro. José também seguiu uma linha um tanto existencial, ao afirmar que espera “ser uma pessoa melhor”. Andressa voltou a fazer referência ao alcance de um vínculo de emprego: “trabalhar, ter um salário justo e viver com dignidade”, enquanto Ana respondeu: “meu futuro vai ser muito mais melhor com várias oportunidades”. Foi interessante notar ainda que dois deles pretendem cursar uma graduação e entrar na universidade. São os casos de Tadeu e Márcio. O primeiro respondeu que “são perspectivas boas com universidade e etc.”, enquanto o segundo escreveu “muito boa, pois pretendo concluir o ensino fundamental e médio, e enfrentar uma faculdade de direito”. Mônica foi a única que não pareceu ter grandes expectativas para o porvir: “não tenho muitas perspectivas para o futuro, porém quero estudar para adquirir mais conhecimento, aprender a ler e escrever bem”.

Diante do que foi apurado a partir da aplicação do formulário, podemos elaborar alguns *insights* com base na análise parcial feita no tópico anterior. A partir da pergunta ponto de partida, percebemos que o analfabetismo pode trazer consequências à saúde mental daqueles que não sabem ler ou escrever na vida adulta, e que essa condição pode proporcionar ainda algum tipo de sentimento que pode ser compreendido como um sofrimento psíquico, mas que nem sempre é nomeado dessa forma.

Também foi perceptível a íntima relação existente entre classe socioeconômica e analfabetismo nos seguintes aspectos: 1) dos sete participantes, seis tinham renda média mensal de até 1 salário mínimo; 2) apenas um participante tinha vínculo empregatício, justamente aquele que possuía renda superior a 1 salário mínimo; e 3) a constante associação feita pelos entrevistados entre alfabetização e a conquista de um emprego, sendo que todos eles fizeram essa associação pelo menos uma vez em suas respostas, resultando em um total de 15 fragmentos onde os participantes relacionaram o processo de alfabetização à conquista de melhores condições econômicas por meio do trabalho.

Como bem dito anteriormente, as análises possíveis de serem feitas não se esgotam nesse trabalho. Os temas tratados nessa pesquisa são extensos e bastante elaborados, e trazem uma carga de profundidade muito grande tanto para o pesquisador, quanto para os participantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html>. Acesso em 12 abr. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html>. Acesso em 12 abr. 2021.

CAMPOS, I. O.; MAGALHÃES, Y. B. Analfabetismo e Saúde Mental: O Discurso de Usuários de Um Centro de Atenção Psicossocial. **Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)**, v. 16, n. 4, p. 151-165, 2019.

DURANTE, M. **Alfabetização de adultos: leitura e produção de textos**. Artmed Editora, 2009.

FREIRE, A. M. A. **Paulo Freire: uma história de vida**. Editora Paz e Terra, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, (coleção Leitura), 1996.

GAMA, C. A. P. D.; CAMPOS, R. T. O.; FERRER, A. L. Saúde mental e vulnerabilidade social: a direção do tratamento. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 17, n. 1, p. 69-84, 2014.

IBGE, **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento**, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2007/2015.

LIMA, L. P. B. **Reflexão sobre o processo de inclusão de pessoas portadoras de sofrimentos psíquicos na Educação de Jovens e Adultos - EJA, numa escola confessional Metodista, em Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado Para obtenção do grau de Mestre em Teologia. Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-graduação em Teologia, Religião e Educação, 2007.

MARX, K. **O Capital**. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 269 p., 2000.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v. 2, n. 2, p. 101-142, 2001.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**. Princípios e Procedimentos. Pontes. 2009.

PLATAFORMA DO LETRAMENTO. **Pnaic: o desafio da alfabetização na idade certa**. 2015. Disponível em : < <http://www.plataformadoletramento.org.br/em-revista/266/pnaic-o-desafio-da-alfabetizacao-na-idade-certa.html> > Último acesso: 25/08/2019.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Alea: estudos neolatinos**, v. 7, n. 2, p. 305-322, 2005.

SIM-SIM, I. **Como leem as nossas crianças?** Caracterização do Nível de Literacia da População Portuguesa. Lisboa: Ministério da Educação, 1989.

SOARES, M. Alfabetização e letramento. **Caderno do Professor**, 2003.

SOUZA, J. **A Construção Social da Subcidadania: para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, (Coleção Origem), 207p., 2003.

TONIN, C. F.; BARBOSA, T. M. A interface entre saúde mental e vulnerabilidade social. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 11, n. 3, 2017.

UNESCO. **EFA Global Monitoring Report 2004**. Paris: UNESCO, 2004.